



Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê - CBH-SMT

1 RESUMO EXECUTIVO DA ATA

2

3 105ª Reunião Ordinária da CT-PLAGRHI

4 COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA

5 DO RIO SOROCABA E MÉDIO TIETÊ - CBH-SMT

6 Data: 19/01/2023

7 Local:

8 Por Videoconferência: <https://drive.google.com/file/d/1HfnbBUSorMBKIKYrwKgKNrKjqRqj-6wt/view?usp=sharing>

10

11 Ao décimo nono dia do mês de janeiro de 2023, por meio de videoconferência, foi realizada a
12 105ª Reunião Ordinária Câmara Técnica de Planejamento e Gerenciamento de Recursos
13 Hídricos do CBH-SMT, registrando-se a participação de 27 (vinte e sete) pessoas, entre
14 representantes do Estado, de municípios, das organizações civis, dos usuários de recursos
15 hídricos conforme “Relação dos Membros Presentes” apresentada abaixo, registrados por meio
16 de manifestação de presença no chat da plataforma de videoconferência utilizada. **Abertura.** A
17 convocação e a pauta da reunião foram enviadas aos membros do CBH-SMT, por meio de
18 mensagem eletrônica com antecedência. A abertura da reunião foi realizada pelo Sr. André
19 Cordeiro Alves dos Santos, Vice-Presidente do CBH-SMT e representante da UFSCar
20 Sorocaba, que cumprimentou e agradeceu pela presença de todos, dando início à reunião.
21 Solicitou a inclusão de pauta a solicitação da Prefeitura de Sorocaba, ao Presidente do Comitê,
22 para intermediar a redução da vazão afluente do reservatório de Itupararanga, com a finalidade
23 de evitar alagamentos em Sorocaba. A Sra. Caroline Túbero Bacchin, Secretária Executiva do
24 CBH-SMT, informou que enviou um Ofício à CBA solicitando participação da reunião para
25 prestar esclarecimentos. O Sr. André colocou em votação o pedido de inclusão de pauta. Não
26 havendo manifestação contrária, o pedido foi aprovado. **1. Apreciação da Ata da 104ª Reunião**
27 **Ordinária da CT-PLAGRHI.** Foi colocado em aprovação o teor da Ata, e sem discordâncias,
28 a Ata foi aprovada por unanimidade. **2. Primeira discussão do EIA/RIMA do**
29 **empreendimento “Loteamento Nova Porto Feliz” localizado no município de Porto Feliz,**
30 **sob responsabilidade da empresa CONSTAL Tecnologia Ambiental Ltda.** Sr. André
31 destacou que, a área que será loteada é uma área de quase um milhão de metros quadrados,
32 próximo ao centro de Porto Feliz. É uma área bem extensa, com 1353 unidades, sendo 946 lotes
33 residenciais, os demais serão lotes comerciais. No EIA/RIMA a empresa prevê uma ocupação
34 de cerca de quase oito mil pessoas, entre população residente e flutuante. Lembrou que Porto
35 Feliz é uma cidade que tem em torno de 50 mil habitantes, pontuou que se trata de
36 aproximadamente 10% da população, ressaltou que devido à proximidade com a Rodovia
37 Castelo Branco a cidade tem muitos empreendimentos imobiliários. A previsão é que o
38 loteamento seja abastecimento SAAE de Porto Feliz, através de cinco poços tubulares.

39 Enfatizou que os poços ainda não têm outorga do DAEE, porém foi apresentado uma previsão
40 de vazão. Lembrou que o município de Porto Feliz é abastecido pelo Rio Avecuia, que está em
41 uma área de proteção ambiental, e nos últimos anos, teve sua vazão reduzida no período de
42 estiagem. Na sequência perguntou ao empreendedor qual é a opção de abastecimento de água
43 potável no empreendimento se os poços, depois de perfurados, não apresentarem a vazão
44 esperada. E complementou sobre as condições atuais da ETE do SAAE de Porto Feliz para
45 receber o volume adicional de esgoto. Na sequência, o Sr. Waldnir Gomes Moreira (Fundação
46 Florestal) contextualizou sobre a faixa de inundação, sugerindo que fosse realizado uma
47 sobreposição de mapas, incluindo no estudo a faixa de inundação do Rio Tietê. Acrescentou
48 sobre a conectividade dos fragmentos a montante que se direcionam para a APP do Rio Tietê. A
49 Sra. Ana Carolina Dias de Moraes, representante da Prefeitura de Porto Feliz, esclareceu em
50 relação à área de inundação, que na documentação técnica apresentada há um mapa que
51 demonstra a sobreposição, e demonstra que a zona de inundação está próxima à última quadra
52 de lotes. O Sr. Alexandre Rodrigues Dias (IPESA) reforçou a importância do que o Sr. Gomes
53 afirmou, tendo em vista que a zona de inundação do Tietê não é pequena, e o empreendimento
54 está localizado em um trecho com muitos meandros. Outra questão importante que destacou são
55 os afluentes, embora pequenos, eles são muitos, são dez, e possivelmente há mais, porque é uma
56 zona bastante degradada. Reforçou para que o empreendedor apresente os mapas com uma certa
57 exatidão cartográfica. O Sr. André, Alves dos informou que o prazo final é até o dia 4 de março
58 para finalizar o parecer e propôs a realização de uma reunião com o empreendedor e com o
59 SAAE, no dia 9 de fevereiro. A Sra. Natália Zanetti, Diretora Técnica da FABH-SMT,
60 mencionou que será verificada a disponibilidade tanto do SAAE de Porto Feliz, como do
61 empreendedor participarem no dia 9 de fevereiro. O Sr. Waldnir Gomes Moreira (Fundação
62 Florestal) citou que seria interessante verificar as áreas indicadas para a construção das eclusas
63 da Hidrovia São Paulo-Paraná e se há interferência. O Sr. André Cordeiro Alves (UFSCar
64 Sorocaba) ressaltou que, se ocorrer a construção dessas eclusas em Porto Feliz, é necessário
65 rever a deliberação do Comitê, que se posicionava contrário à expansão da hidrovia até Salto. A
66 Sra. Rosângela Aparecida César (CETESB) perguntou se o município tem condições de fazer a
67 gestão dos resíduos sólidos gerados pelo empreendimento, e pontuou o apoio as questões
68 colocadas pelo Sr. Gomes e o Sr. Alexandre, um mapa com as cotas de inundação, não só da
69 calha do Rio Tietê, mas também dos cursos d' água que estão dentro da área de influência do
70 empreendimento. A Sra. Eleusa Maria da Silva (OAB Votorantim) perguntou se Porto Feliz tem
71 Plano Diretor Ambiental. A Sra. Ana Carolina Dias de Moraes (PM Porto Feliz) esclareceu que
72 o município tem o Plano Diretor Ambiental, é de 2008, ainda está vigente, e enfatizou que o
73 plano não foi citado no EIA/RIMA. Com relação aos resíduos, o Plano de Resíduos Sólidos do
74 município é de 2016, que está defasado, precisa ser revisado e o município está revendo a
75 atualização, com o CERISO. O Sr. André, solicitou a Sra. Natália para que entre em contato
76 com o empreendedor informando sobre as dúvidas levantadas. **3. Definição do calendário de**
77 **reuniões de 2023.** Foi proposto pelo Sr. André Cordeiro Alves dos Santos (UFSCar Sorocaba)
78 manter as reuniões da CT-PLAGRHI, às quintas-feiras pela manhã, na terceira semana de cada
79 mês e extraordinariamente quando for necessário. Colocada a proposta em discussão, foi
80 aprovada a proposta foi aprovado por unanimidade, ficando então às quintas-feiras de manhã,
81 preferencialmente na terceira semana de cada mês. **4. Solicitação da Prefeitura de Sorocaba,**
82 **ao Presidente do Comitê para intermediar uma redução da vazão afluente do reservatório**
83 **de Itupararanga.** O Sr. André fez esclarecimento inicial do ocorrido no dia 9/01/2023, na

84 segunda-feira passada, quando foi aprovado a título precário uma regra operacional do
85 reservatório de Itupararanga, o qual usa a cota do reservatório como indicador para a vazão
86 afluente a ser liberada. O GT- Crise aprovou a aplicação dessa nova regra operacional de forma
87 provisória, no entanto, essa regra deverá ser aprovada pelo DAEE e anexada nas condicionantes
88 da Portaria de Outorga, acrescentando que foi acordado com a CBA a nova regra operacional.
89 Ficando então como pendência ao Comitê CBH-SMT, formalizar a recomendação e demais
90 sugestões ao DAEE, para avaliação e demais considerações. Desta forma, a regra operacional
91 aprovada é: 1) Anteriormente a vazão defluente é de 2,5 m³/s, podendo aumentar até 4 m³/s; 2)
92 Em função de chuvas recorrentes, a CBA poderá aumentar a vazão defluente até a quantidade de
93 vazão afluente.3) Para os casos em que ocorra uma precipitação excessiva na região, como por
94 exemplo uma chuva muito forte na região a vazão afluente no reservatório chegou a
95 aproximadamente 50 m³/s, isto posto, a CBA cumprindo a norma, chegou a descarregar 16 m³/s.
96 O aumento da vazão defluente, se deve ao fato de evitar o vertimento, o aumento da turbulência
97 da água e o desperdício, com o objetivo de reservar a água para os períodos de estiagem. O
98 vertimento não é um problema extremamente grave, fato que aconteceu algumas vezes
99 antigamente. Na sequência relatou os fatos: na terça-feira de manhã, ou seja, depois que a CBA
100 tinha aumentado para 16 m³/s, o Prefeito de Sorocaba entrou em contato com o Presidente do
101 Comitê, solicitando a redução da vazão de 16 m³/s para 4 m³/s. O Sr. André esclareceu que esse
102 aumento de vazão não iria causar nenhum problema muito grave na calha do Rio Sorocaba, uma
103 vez que essa calha tem a capacidade de receber uma vazão maior que essa. Informou que após o
104 pronunciamento do Prefeito de Sorocaba a população estava em polvorosa achando que a cidade
105 de Sorocaba iria ficar embaixo da água. Informou que a CBA cumpriu a regra operacional que
106 tinha sido acordada e a Secretaria Executiva convidou a empresa a participar da reunião para
107 relatar o acontecido. O Sr. Tiago Suckow da Silva Camargo Guimarães (SAAE Sorocaba)
108 ressaltou que o que motivou a manifestação do Prefeito, e a repercussão da situação resultou em
109 esclarecimentos no que se refere as reuniões ocorridas com a equipe da CBA, representantes
110 Prefeitura de Sorocaba e a Defesa Civil do Estado e demais instituições. Afirmando que, a regra
111 operativa aprovada por meio de deliberação do CBH-SMT, é coerente. Destacando que o SAAE,
112 na ocasião foi favorável e não se manifestou de forma contrária, e que de fato é necessário que
113 as regras operativas devem ser amplamente divulgadas para não gerar controvérsias, portanto
114 apoio o controle de vazão defluente com o objetivo de minimizar ao máximo o enchimento da
115 represa até a cota de vertimento. O SAAE informou que tem conhecimento que a partir do
116 momento do vertimento, perde-se o controle da vazão defluente e que acaba assumindo o
117 controle é a própria vazão afluente. Informou que foi elaborado um Ofício pela Defesa Civil,
118 para que as primeiras ações que foram tomadas, mediante a deliberação do Comitê, permitindo
119 a vazão defluente de acordo com a vazão afluente, trouxe um impacto imediato de variação do
120 nível do Rio Sorocaba, perdendo-se borda livre da calha do Rio Sorocaba. Reforçou que o
121 município recebeu um alerta da Defesa Civil Estadual de uma previsão de chuva acumulada nos
122 três dias de 100 mm, e que as condições que o Rio Sorocaba se encontrava mediante, a vazão
123 defluente de 16 m³/s poderia ter problemas de extravasamento da calha do rio em algumas
124 regiões e acarretaria problemas de inundação para a população. Solicitou que a regra operativa
125 tenha uma dinâmica diferente, quando do aviso ou quando do sinal de alerta da Defesa Civil,
126 para que se verifica-se a calha do Rio Sorocaba, e se tem capacidade de absorver chuvas mais
127 intensas principalmente nos pontos próximo do Parque das Águas e no Vitória Régia. Reforçou
128 que toda essa discussão que foi colocada para que o Comitê e à CBA reconsiderassem um

129 cenário adicional, não só exclusivamente a questão da operação da barragem, mas também a
130 jusante da barragem. O Sr. André Cordeiro (UFSCar Sorocaba) destacou a importância dessa
131 discussão e considerou necessário se ter mais dados para saber qual é a vazão que a calha do
132 Rio Sorocaba suporta, onde o rio extravasa, ou mesmo aumente as áreas de alagamento, e
133 reforçou a diferença entre a influência do rio na cidade e a influência da área de drenagem. O Sr.
134 Eduardo Francisco dos Santos Junior (GAEMA) perguntou ao representante do SAAE, o
135 Sr. Tiago, porque os órgãos locais não foram acionados antes desse do pedido de intervenção
136 Estadual. Salientou que é Promotor de Justiça do GAEMA, e que monitora o nível da Represa
137 de Itupararanga há mais de um ano de forma diária, e não houve nenhuma consulta, nenhuma
138 procura, nenhum e-mail, ou ligação por parte da Prefeitura. O Sr. Tiago Suckow da Silva
139 Camargo Guimarães (SAAE) resgatou um histórico do que aconteceu, e verificou que no
140 primeiro momento se manifestou diretamente para a CBA, operadora da represa, e através de
141 um e-mail relatou sua preocupação, pois o nível do Rio Sorocaba estava subindo muito e
142 gostaria que a vazão fosse reduzida. O Sr. Tiago informou que a resposta que teve é que a
143 deliberação era do Comitê e a regra estava sendo aplicada. E aí acionou em conjunto a Defesa
144 Civil do município, dizendo – “Estou com uma preocupação de que se mantivemos essa vazão
145 defluente e a elevação da calha do Rio Sorocaba, e o alerta da Defesa Civil que recebemos de
146 precipitação na região, podemos ter problemas sim em tais e tais pontos”. Aí a Defesa Civil
147 naquele mesmo momento emitiu um Ofício para a CBA pedindo para que a CBA também
148 reconsiderasse e diminuísse a vazão defluente. Isso acabou gerando na sequência um pedido de
149 reunião de discussão junto com a CBA, que ocorreu logo depois no dia seguinte do Ofício.
150 Então, informou que se manifestou diretamente aos operadores da barragem, que fez o seu papel
151 enquanto técnico de sinalizar a preocupação para fosse conversar com a CBA para ver o que
152 poderia ser feito. E a CBA diminuiu a vazão defluente dizendo que era uma decisão pontual,
153 que seria apresentado uma possível proposta. O Sr. Eduardo Francisco dos Santos Junior
154 (GAEMA) informou sobre a importância desse grupo que se dedica a esse assunto, e que a
155 participação efetiva da Prefeitura e o SAAE poderia evitar, para o bem da população, que
156 algumas atitudes fossem tomadas de maneira mais adequada. O Sr. André Cordeiro Alves dos
157 Santos (UFSCar Sorocaba) mencionou que é preciso saber especificamente quando ocorre esses
158 episódios de alagamento, pois os dados de vazão do Rio Sorocaba, o histórico remonta ao ano
159 de 1914, ou seja, dá para se observar qual é a vazão da calha do Sorocaba que efetivamente
160 pode causar pontos de alagamento e em quais locais. O Sr. Alexandre Alves (CBA) destacou
161 primeiramente que a CBA deixa aberto todo o canal de comunicação com todos os agentes
162 envolvidos e informou que nesse episódio com o SAAE e a Defesa Civil, a CBA foi sensível às
163 necessidades e imediatamente promoveu uma redução da vazão defluente, para que se
164 minimizasse ou evitasse qualquer risco de um evento danoso à população de Sorocaba.
165 Mencionou sobre a dinâmica da regra, que faz todo sentido sim ter estes ajustes fino, e
166 dependendo de mudança de cenário a jusante, pode-se trabalhar a questão de controle da
167 defluência. Ressaltou que o que se precisa ter em mente é que é possível reduzir a defluência
168 para evitar alguma situação de alagamento, desde que tenha possibilidade de segurar essa água
169 que vem entrando no reservatório. O Sr. André Cordeiro (UFSCar Sorocaba) destacou a
170 importância de conseguir incluir no modelo de gestão da barragem a essas questões de
171 extravasamento do Rio Sorocaba e pontuou que será um ganho muito importante. Agradeceu a
172 discussão e os esclarecimentos prestados. **5. Informes.** O Sr. André (UFSCar Sorocaba)
173 reforçou sobre o calendário de inscrição da Sociedade Civil, para participação no Comitê.

174 Informou que no começo deste mês o Sr. Roberto Polga se aposentou e relatou sua participação
 175 ativa do GT Crise Hídrica, e ponderou que ele sempre contribuía muito nos trabalhos.
 176 **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, o Sr. André agradeceu a participação de todos e
 177 deu por encerrada a 105ª Reunião Ordinária Da CT-PLAGRHI .

178

179 **Relação dos membros presentes na reunião plenária:**

Entidade	Representante	Segmento
André Cordeiro Alves dos Santos	UFSCar	Sociedade Civil
Alan Teixeira da Silva	Prefeitura de Sorocaba SEMA	Município
Alison Henrique Bressiano	SAAE de Salto	Município
Alexandre Rodrigues Dias	IPESA - Instituto de Projetos e Pesquisas Socioambientais	Sociedade Civil
Anna Paula Leoni Goes	FABH-SMT	Sociedade Civil
Ariane Flores Costa	TVTEM - AFILIADA GLOBO SOROCABA	Sociedade Civil
Caroline Túbero Bacchin	CBH-SMT	Sociedade Civil
Eduardo Francisco dos Santos Junior	GAEMA - Ministério Público do ESTADO DE SÃO PAULO	Estado
Eleusa Maria da Silva	OAB Votorantim	Sociedade Civil
Gabriel dos Santos	CBA Companhia Brasileira de Alumínio	Sociedade Civil
Gustavo Interlick Mancio de Camargo	SAAE Porto Feliz	Município
Júlia Nogueira Gomes	FABH-SMT	Sociedade Civil
Laura Stela Naliato Perez	SEMIL - Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística	Estado
Leticia Mei	Águas de Araçoiaba	Município
Marcelo Luiz Flauzino	SAAE de Porto Feliz	Município
Marcelo Pereira do Nascimento	Associação Escola e Cultura em Foco	Sociedade Civil
Marcia Christina Amaral Serra	ACRTS- FACENS	Sociedade Civil
Marcio Antonio Martins	EMAE	Estado



Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê - **CBH-SMT**

Mauro Tomazela	Fatec Sorocaba/Tatuí - CPS	Sociedade Civil
Natália Zanetti	FABH-SMT	Sociedade Civil
Palani Magalhães Chaves	Águas de Araçoiaba SA	Município
Rodrigo Alves Penteado	SAAE Salto	Município
Rosângela Aparecida César	CETESB	Estado
Solange Guerra Bueno	SEESP	Estado
Tiago Suckow da Silva Camargo Guimarães	SAAE	Município
Viviane Rodrigues de Oliveira	SOS Itupararanga	Sociedade Civil
Waldnir Gomes Moreira	Fundação Florestal	Estado

André Cordeiro Alves dos Santos
Coordenador da CT-PLAGRHI

Rosângela Aparecida César
Coordenadora adjunta da CT-PLAGRHI